



PRIMI, Lilian. IAC descarta parceria com iniciativa privada: Otávio Antonio Camargo, diretor do instituto, ameaçou demissão para pressionar o governo do Estado. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 set. 1993.

Free-lance para a **Folha**

Otávio Antonio Camargo, que ocupa o cargo de diretor-geral do IAC (Instituto Agrônômico de Campinas) é um dos líderes do movimento que levou a diretoria do instituto a colocar seus cargos à disposição. O objetivo da ação era pressionar o governo estadual a abrir negociação salarial com os funcionários.

A atitude abriu para o público informações que até então eram restritas ao governo e que mostram a precariedade de funcionamento de uma das instituições de pesquisa mais antigas do país. O IAC foi fundado em 1887.

Camargo, com 25 de pesquisa, diz que ganha CR\$ 88 mil por mês no IAC. “Me formei na Esalq e entrei no IAC em 1969. Os salários já eram ruins”, afirma. Em entrevista exclusiva que durou mais de uma hora, na sede do instituto, Camargo disse ainda que não é interessante para o IAC desenvolver parcerias com a iniciativa privada por perder o controle sobre o produto final: a pesquisa. “Nós fugimos disso.” Ele também faz críticas ao tratamento que o governo vem dando à pesquisa e sobre a ociosidade do IAC.

Leia os principais trechos da entrevista. (Lilian Primi)

Folha - Como está a negociação com o governo?

Camargo - O secretário Cláudio Alvarenga disse que de certa forma o problema dos pesquisadores estava resolvido com o projeto que diz que os salários dos pesquisadores deverá ser bimestralmente corrigido a valores de entidades congêneres.

Folha - As entidades congêneres são as universidades estaduais?

Camargo - Deus queira. Eu não disse isso, nem a lei. Ela fala em congêneres. Meus colegas da Cati [Coordenadoria de Assistência Técnica Integral] vão ganhar oito salários mínimos em abril e a Cati pode ser uma "congênera".

Folha - Vocês desistiram da anunciada demissão coletiva?

Camargo - Aquilo que nós falamos no dia 3 de agosto sobre a inadmissibilidade do instituto passou a ser uma prioridade secundária. Ele continua inadmissível. Eu não estou conseguindo fazer ninguém plantar, tocar experimento, nada disso, mas passou a ser prioridade o caminho que o governo teria criado para nós.

Folha - Se a diretoria realmente pedisse demissão e o governo do Estado se visse com o IAC acéfalo, não iria abrir um caminho mais rápido?

Camargo - O IAC não ficaria acéfalo. Aí é que as pessoas não estão me entendendo. Tem gente me achando sem vergonha aqui dentro. Eu peço a demissão, o secretário de Agricultura concede ou não. Se ele não aceitar, sou obrigado a ficar e enfraquecido. Se eu sou demissionário em caráter oficial, perco o acesso às negociações. E não ficar seria estar ameaçado de processo jurídico por abandono de cargo.

Folha - Mas depois de dez dias o secretário não atendeu vocês.

Camargo - Essa entrevista foi muito frustrante. Porque ele não pôde aparecer. Até nisso eu acredito. Era o dia do "racha" no PMDB. Ele mandou uma assessora que não conhecia exatamente o assunto e a entrevista foi frustrante. A ponto de um dos diretores dizer que esse tipo de atitude estava "fritando" os diretores.

Folha - O que o governo pensa dos diretores dos institutos e especialmente sobre a ameaça de demissão coletiva?

Camargo - Não sei o que eles pensam com relação a nós.

Folha - E sobre os institutos de pesquisa?

Camargo - Aí é que eu fico desesperado. O problema da instabilidade salarial é antigo. E agora, que tem a carreira, a gente não entende a atitude do governo. Ele fez uma carreira, criou uma expectativa e frustra.

Folha - Qual o papel reservado para os institutos pelo governo estadual? O governo quer manter estes institutos ou quer repassá-los para o governo federal? A entrada da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] pode estar indicando isso?

Camargo - Muito da Embrapa se deve ao IAC. Isso pode até acontecer. A Embrapa diz nos seus livrinhos que somos seus competidores. Então, à medida que somos competidores, sempre há a chance de um querer tirar o outro do caminho. Pode até ser que essa vontade exista em alguma esfera política. Só que as coisas não se casam. A estrutura do IAC é muito diferente da estrutura da Embrapa. A Embrapa tem centros de pesquisa independentes para cada cultura. O IAC funciona como um todo. Temos uma missão muito clara: de atender o usuário que é o agricultor.

Folha - O IAC atende ao varejo da pesquisa agrícola?

Camargo - Não. Eu acho que é o atacado. O varejo é a reclamação. O povo reclama que o instituto não trabalha com determinada cultura. Por exemplo, nós trabalhamos com quenafe [planta fibrosa, parecida com a juta, usada na indústria têxtil]. As pesquisas nessa cultura não são as mesmas que são feitas com algodão, com trigo, com soja, com café, com fruticultura temperada, que tem ensaio de adubação, de condução, de manejo. Essas sim, representam o atacado.

Folha - O IAC produz tudo o que é capaz hoje? Há ociosidade?

Camargo - Sem sombra de dúvida há. Está fazendo muito menos do que é capaz, quase que exclusivamente por problemas salariais. Até aí acho estranho que os homens do governo não se sintam sensibilizados para arrumar a casa em termos de recursos humanos. Porque, logo que o ex-ministro José Antonio Barros Munhoz entrou na Secretaria de Agricultura, nos deram um orçamento a mais em três anos. Não compramos o que poderíamos com esse dinheiro por causa da burocracia da administração direta, mas compramos tratores, equipamentos...

Folha - Qual é o valor do orçamento do IAC e quanto veio a mais nos últimos três anos?

Camargo - O orçamento é US\$ 13 milhões. Em 1991, a secretaria deu mais US\$ 13 milhões, liberados em três anos. Só que isso foi transformado em cruzeiros. Com a inflação muito alta, mil burocracias, não deu para o que se queria.

Folha - Essa remessa virá este ano?

Camargo - Este ano vai parar. Em 1994, se a peça orçamentária for aprovada como está, praticamente pára. Seja como for, investimos em equipamento e capital e, de certa forma, foi um investimento perdido com tudo parado, o pessoal desestimulado.

Folha - O que você pensa sobre a lei de patente genética? O IAC não consegue recursos na iniciativa privada porque trabalha com um produto de uso público. A lei de patente poderia criar a oportunidade de parcerias?

Camargo - O nosso problema é que queremos melhorar a qualidade, melhorar nossa eficiência, sem entrar no mercado "de vender". Porque, antes de mais nada, temos que atender à sociedade. E a sociedade, descapitalizada do jeito que é, nem sempre tem condição de comprar. Muitas propostas são feitas pela iniciativa privada da seguinte maneira: você desenvolve essa variedade dessa espécie tal e eu banco, só que ela é minha. Nós fugimos disso, porque nós queremos sim desenvolver a variedade, mas que seja de uso público.

‘Nosso problema é que queremos melhorar qualidade sem entrar no mercado, porque, antes de mais nada, temos que atender à sociedade.’

Folha - Vocês não querem a patente?

Camargo - Não. Acho que a patente seria muito complicada para nós. Nem que ficasse no âmbito público nos interessaria. Patente é boa quando é sua. Quando você quer usar a dos outros, complica. E nós, principalmente no que diz respeito à melhoria genética, temos que ter em mãos a biodiversidade, temos que ter o prato cheio de genes, para poder usar na hora que for preciso.

Folha - A aprovação de patentes no Brasil travaria a pesquisa?

Camargo - Eu acho. Principalmente a agropecuária.

Folha - A situação no IAC é reflexo da estrutura agrícola?

Camargo - Não é só disso. O universo é mais abrangente. Na realidade as pessoas do governo estadual, municipal, federal, falam muito em ciência e tecnologia, mas a impressão é que não assimilaram esse negócio. Eles falam “é importante”, mas, talvez pela própria cultura que eles têm, não conseguem compreender exatamente o importante que eles falam.

Folha - Como está a posição do IAC no cenário internacional?

Camargo - Diria que em algumas culturas somos muito bem conhecidos internacionalmente. Toda missão da Ásia e da África que vem ao Brasil passa por aqui. Não sei o ranking. Mas acho que as missões internacionais são bons indicadores. Há algum tempo, o astronauta russo que veio ao Brasil fez questão de incluir o IAC na sua agenda de visitas. A rainha Elizabeth, da Inglaterra, também. Porque o IAC foi o primeiro instituto de pesquisa dos trópicos. Tem uma tese na Universidade de Cornell (EUA) que prova que a agricultura dos trópicos passa pelo histórico do IAC.

Folha - Se o IAC tivesse o mínimo de equilíbrio na área de recursos humanos, as descobertas aqui seriam mais numerosas?

Camargo - Tenho certeza. Se tivermos uma política salarial adequada e estável, nós temos muito, muito a liberar.

Folha - Ele atende ao país também?

Camargo - Não. Nosso objetivo é a sociedade paulista. Agora, sem dúvida, em todos os Estados, tem a nossa mão. O Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná) é nosso filho. Foi o pessoal da Genética e da Divisão de Solos, que foi para lá fundar o Iapar, que hoje sofre dos mesmos males que nós, se não estiver pior.

Folha - O IAC tem um volume de informações coletados durante 105 anos de pesquisa ininterruptos. Isso está sendo desperdiçado?

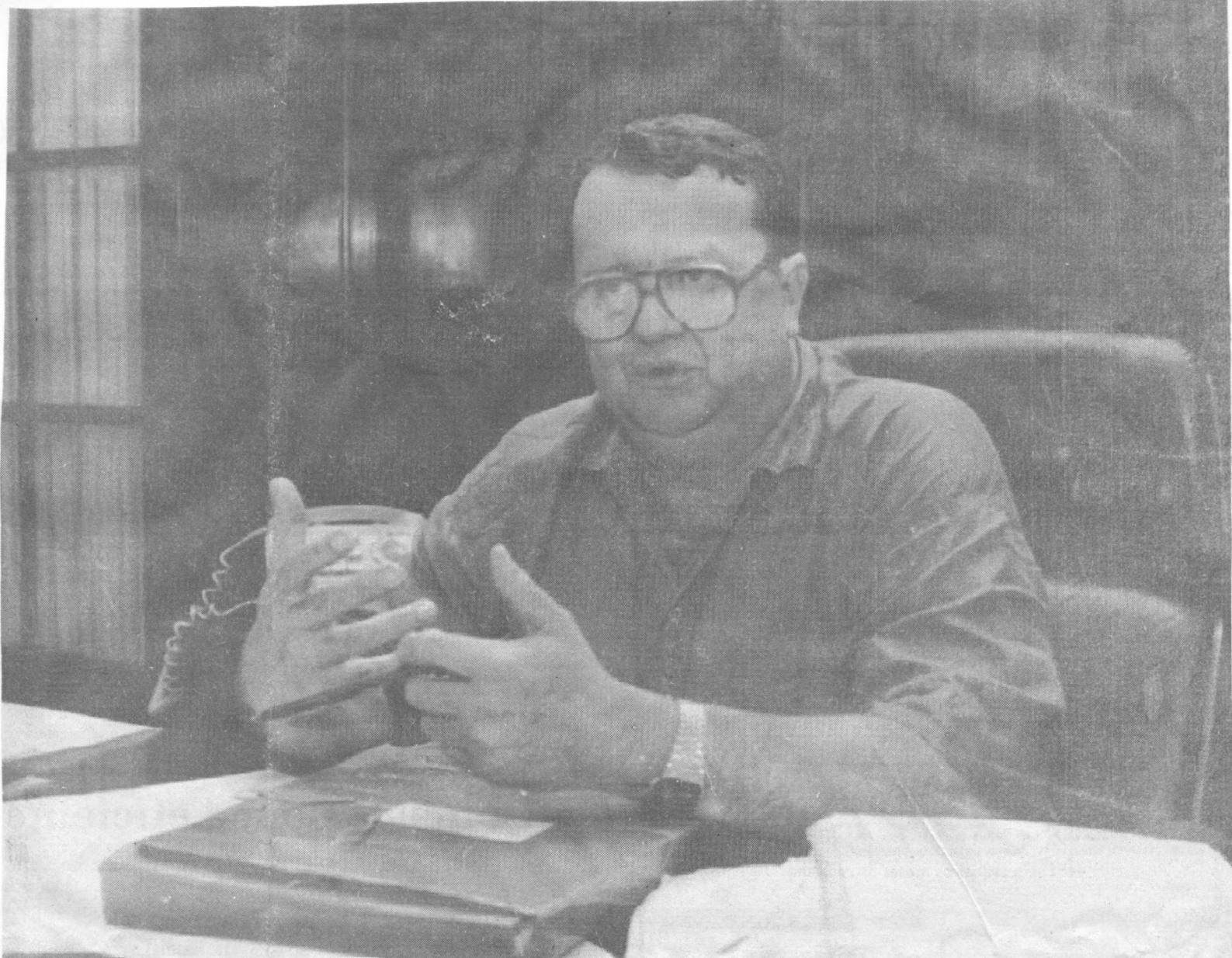
De qualquer forma, é equipamento. Isso não se perde, mas fica subutilizado.

Folha - O pesquisador trabalha menos com baixos salários?

Camargo - Seja lá o que acontecer, tem aquele estímulo. É o estímulo da curiosidade científica. Agora, tem uma aura que envolve esse estímulo, que depende muito de coisas externas. Se ficar na dependência do estímulo natural, não funciona. O cara tem vontade de criar, mas não tem condições. Aí não faz tudo o que poderia.

Folha - Quanto é o salário?

Camargo - O meu, que é o último nível (nível 6), em setembro foi CR\$ 88 mil. Tenho 25 anos de pesquisa. Um quarto de século. Sem contar a iniciação científica na universidade.



O diretor do Instituto Agrônomo de Campinas, Otávio Antônio Camargo, dá entrevista em sua sala na entidade